

DEBATE COM DILMA DURA 10 HORAS

▶ Ministra nega existência de dossiê, mas admite vazamento de dados da Casa Civil

▶ Para oposição, houve crime. Governistas elogiam depoimento e dão caso por encerrado

▶ PAC domina atenções na audiência e Dilma anuncia expansão da energia nuclear

José Cruz



Entre os presidentes da CI, Marconi Perillo (E), e do Senado, Garibaldi Alves, Dilma Rousseff não se furtou a responder questões sobre suposto dossiê montado na Casa Civil. Porém, a maioria a inquiriu sobre o PAC

Em quase dez horas de audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, respondeu a todos os questionamentos dos senadores, seja sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seja quanto ao suposto dossiê com informações sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que vazou para a imprensa.

A ministra negou que um dossiê tenha sido montado, mas admitiu que parte de um banco de dados elaborado pela Casa Civil acabou divulgada irregularmente. Ela colocou todos os dados à disposição da CPI dos Cartões Corporativos.

Senadores da oposição criticaram a demora da ministra em comparecer ao Senado e, mesmo após as explicações, afirmaram que houve crime na publicação de dados do governo anterior. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e a base governista elogiaram Dilma e deram como encerradas as dúvidas sobre a elaboração de um dossiê contra adversários políticos.

A maior parte da reunião foi dedicada ao PAC, quando a ministra admitiu que mais usinas nucleares devem ser construídas no país. **Páginas 4 e 5**



José Cruz

Senado pode votar precatórios e verba para educação

A exclusão de recursos da educação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a limitação de gastos dos entes federativos com o pagamento de precatórios estão entre as propostas que podem ser votadas hoje pelo Plenário. A sessão deliberativa está prevista para as 11h. **Página 2**

Projeto agiliza cancelamento de benefícios de mortos

Os cartórios de registro civil deverão encaminhar pela internet, mensalmente, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os registros de óbitos. A medida está prevista em projeto aprovado pela CCJ. **Página 8**



J. Freitas

Maciel (à esq., ao lado de César Borges) preside reunião da Comissão de Justiça

Vacina contra dengue vai demorar, adverte especialista

Debate na Comissão de Assuntos Sociais aponta necessidade da união de esforços para combater a doença. **Página 7**

Conflito com índios gera críticas a política do governo

Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho criticam demarcação, mas João Pedro defende ministro. **Página 6**

Garibaldi espera que lista extensa de votações, fruto de acordo dos líderes partidários, seja examinada em Plenário

Na pauta de hoje, nova regra para precatórios

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou que as votações previstas para ontem no Plenário foram transferidas para a sessão de hoje, às 11h, conforme acordo de líderes.

Com essa mudança, os senadores puderam participar da reunião da CI, com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que discutiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o suposto dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na terça-feira, a votação de duas medidas provisórias (MPs) que travavam a pauta liberou o Plenário para apreciar uma lista de projetos prioritários.

A lista foi elaborada a partir de sugestões do governo e da oposição. Entre os projetos, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) que exclui os recursos da educação da Desvinculação das Receitas da União (DRU); a PEC 12/06, que limita os gastos de estados e municípios com precatórios; projetos da CPI do Apagão Aéreo; operações de crédito em favor de vários estados; projeto de incentivo à pesca; e proposta para tornar mais rígidas as penas para crimes de lavagem de dinheiro.

O acordo previu a apreciação dos projetos na janela aberta pela votação das duas MPs. A pauta voltará a ficar travada com a leitura de sete medidas provisórias.

Reunião sobre hidrelétrica de Estreito termina sem solução para conflito

A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizada ontem para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia (Ceste) e as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (na divisa entre Maranhão e Tocantins), terminou sem acordo. As partes não concordaram com a proposta de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, e José Nery (PSOL-PA), que pediu o debate. Os senadores apelaram aos participantes para que mantivessem o diálogo.

José Nery e Paim propuseram a constituição de um fórum de

negociação, mas a idéia não obteve consenso.

A subprocuradora-geral da República Deborah de Brito Pereira informou que já em 2003 apontava insuficiência nos estudos sobre impacto ambiental.

Também participaram da audiência pública, entre outros, o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Natal Alves Rodrigues; o representante da Associação de Moradores de Cana Brava, vereador Pedro Coimbra; e o presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia, Cleber Gomes Espírito Santo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Ano polar internacional

Será realizada, às 10h, sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à participação do Brasil no 4º Ano Polar Internacional. Na sessão deliberativa, marcada para as 11h, podem ser votadas propostas relativas ao pagamento de precatórios e à exclusão das verbas da educação da Desvinculação dos Recursos da União.

Garibaldi preside sessões e solenidades

O presidente do Senado participa, às 9h, da abertura do seminário da Comissão do Meio Ambiente sobre controle público. Às 9h50, recebe presidentes de assembleias legislativas e, às 10h, abre a sessão solene que comemora a presença do Brasil na Antártica. Preside, às 11h, a sessão deliberativa do Senado e, logo após, recebe o ministro Humberto Gomes de Barros, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ciclo de debates da CMA aborda o controle público como instrumento de cidadania

Às 9h, tem início o ciclo de debates da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre a adoção do controle público como instrumento

de cidadania. Os debates abordarão o papel do Legislativo no controle da gestão pública, seus problemas e o futuro da atividade. Entre os participantes, estão os ministros do

Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Rodrigues. As palestras serão realizadas sempre às quintas-feiras.

Recriação da Sudeco será discutida na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem reunião marcada para as 9h. Na primeira parte será feita a leitura de relatório e aberta discussão das considerações apresentadas pelos técnicos responsáveis pela análise

da recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Na segunda parte, a comissão discute quatro projetos, sendo que dois deles tratam da zona de processamento de exportação (ZPE).



Audiências sobre direitos dos negros

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência pública sobre projetos de interesse dos negros. Foram convidados o ministro da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e os deputados federais Carlos Santana, Antônio Roberto e Nice Lobão, en-

tre outros. Em seguida, a comissão analisa dez projetos, entre eles o que caracteriza a visão monocular como deficiência visual. Às 14h, a CDH promove outra audiência pública sobre abolicionismo e a aplicabilidade da Lei 10.639/93, que determina a inclusão no currículo de escolas públicas do tema "História e Cultura

Afro-Brasileira". Foram convidados para o debate o presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro no Distrito Federal, João Batista de Almeida Sérgio; o secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (SEDH), Ivair Augusto Alves dos Santos, entre outros.

Mercadorias do Paraguai

Projeto que cria a tributação unificada na importação de mercadorias, via terrestre, do Paraguai será debatido, às 14h, pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Foram convidados o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o presidente da Feira dos Importados de Brasília, Absalão Ferreira Calado.

Três embaixadores

Às 10h a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota as indicações dos diplomatas João Batista Cruz, Carlos Antonio da Rocha Paranhos e Raul de Taunay para exercerem o cargo de embaixador do Brasil, respectivamente, em Santa Lúcia, Geórgia e Uzbequistão e Malauí.

Indicação para ANTT

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 10h para votar a indicação de Bernardo Gonçalves de Oliveira para diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Entre os 12 itens da pauta, encontra-se o projeto que estabelece linhas de crédito para unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas para a fabricação do combustível.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gerson Camata, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Jefferson Péres, Mão Santa e Augusto Botelho

Moreira Mariz



Segundo Paim, ministro está disposto a negociar com categoria

Paim apela pelo fim da greve dos auditores fiscais

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo aos auditores fiscais, especialmente ao presidente do sindicato nacional (Unafisco), Pedro Delarue, pelo fim da greve, que já dura quase 40 dias e estaria causando prejuízos de R\$ 6 bilhões ao país.

O senador anunciou a disposição do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de negociar com a categoria caso ocorra a suspensão da paralisação e mencionou a existência de quase 2 mil caminhoneiros parados em todo o Brasil em função do protesto.

Gerardo Magela



José Nery destaca trabalho de auditores contra a sonegação

José Nery defende esforços por solução negociada

José Nery (PSOL-PA) manifestou apoio à greve nacional dos auditores fiscais da Receita Federal. Destacando o papel fundamental desempenhado pela categoria no combate à sonegação fiscal e no aumento da arrecadação de tributos, ele fez um apelo aos líderes do governo no Congresso para que encontrem uma solução negociada para a crise.

O senador condenou a intenção do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de efetuar cortes de ponto dos grevistas e desconto dos dias parados.

Senador comemora os oito anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas adverte para a necessidade de se adotarem iniciativas que minimizem interpretações equivocadas

Casagrande pede aprovação da lei que cria o Conselho de Gestão Fiscal

Ao comentar os oito anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, completados no último dia 4, Renato Casagrande (PSB-ES) pediu a aprovação do projeto de lei que cria o Conselho de Gestão Fiscal. O projeto (PLC 3.744/00), de autoria do Poder Executivo, ainda tramita na Câmara.

O senador destacou os avanços obtidos com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas afirmou que a implantação do conselho minimizaria as interpretações equivocadas desse diploma legal. Citou, como exemplo dessas interpretações, o fato

de alguns entes federativos constarem da relação da Secretaria de Patrimônio da União como tendo a dívida consolidada líquida maior que a receita corrente líquida – em outras palavras, administradores que contrataram obrigações que não podem por eles ser cumpridas até seu último ano de mandato, como determina a lei.

O conselho, explicou Casagrande, teria como atribuições precípua vigiar a atuação dos tribunais de contas e uniformizar as regras da contabilidade pública.

O parlamentar pediu também a

aprovação do projeto de lei complementar (PLP 1/07) que limita as despesas com pessoal e encargos, para cada poder e órgão da União, ao valor líquido do ano anterior, corrigido pela variação média do IPCA, acrescido de 1,5%.

Outra proposta cuja aprovação Renato Casagrande pleiteou aos deputados é o projeto de lei complementar (PLP 132/07) que libera os poderes executivos estaduais de sanções pelo não cumprimento do teto de gasto com pessoal pelos demais poderes estaduais.

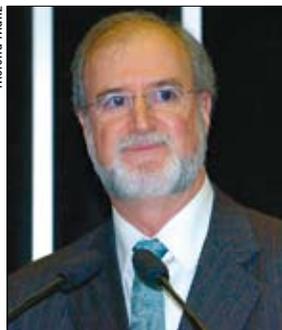
Ciclo debate modelos de controle dos gastos públicos

Começa hoje o ciclo de cinco debates promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o tema “Controle público – instrumento de cidadania”. Requerido pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), o ciclo tem como objetivo discutir e repensar os modelos de controle interno e externo de gastos públicos. As sugestões que surgirem durante os debates serão sistematizadas para a apresentação de propostas de aperfeiçoamento das regras atuais de controle da gestão pública.

Casagrande lembra que a fiscalização dos atos praticados pelos gestores públicos, bem como a obrigatoriedade de prestação de contas de recursos do Estado, encontram-se consagrados no texto constitucional como direito de cidadania e dever do Estado, por seus órgãos internos e externos. Ao Poder Legislativo cabe o papel de controle externo.

Azeredo adverte que retomada da inflação vai prejudicar o país

Moreira Mariz



Azeredo lembra que inflação afeta a população mais carente

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que um aumento no índice de inflação será prejudicial ao país, por comprometer a estabilidade econômica obtida com a implantação do Plano Real, em 1994. O senador lembrou que a inflação conseguiu ser controlada após 30 anos e a adoção de diversos planos econômicos.

Azeredo observou que o aumento da inflação não irá prejudicar o governo, mas sobretudo as pessoas que compõem a parcela mais carente da população, que não dispõe de aplicações financeiras para enfrentar a alta dos preços nos alimentos e aluguéis, entre outros.

Gerardo Magela



Osmar Dias apresentará ao Senado proposta de resolução

Osmar busca fim de multa para o estado do Paraná

O apoio dos senadores foi pedido por Osmar Dias (PDT-PR) para que seja aprovada resolução que apresentará visando solucionar a divergência que se prolonga entre o governo do Paraná, o Banco Itaú e a União, envolvendo precatórios e a privatização do banco do estado.

Osmar Dias explicou que o contrato assinado entre o Paraná, a União e o Itaú resulta numa multa ao estado por não pagar ao banco as parcelas devidas, no valor de R\$ 5 milhões por mês.

Gerardo Magela



Valadares: país gasta 11 vezes mais com preso que com aluno

Valadares propõe aumento de gastos com a educação

O estado de Minas Gerais gasta R\$ 1,7 mil mensalmente na manutenção de cada presidiário e pouco mais de R\$ 149 por aluno da rede pública de ensino, e essa conta precisa ser invertida, não somente no estado, mas em todo o Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Alguma coisa está errada com a educação de um país que gasta 11 vezes mais com um presidiário do que com um aluno de rede estadual de ensino – avaliou.

O papel da Antártica no combate a mudanças climáticas

“Espero que os cientistas possam nos dizer que atitudes devemos tomar para equilibrar a relação entre homem e natureza”, afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, na abertura do seminário *O Continente Antártico e sua Influência nas Mudanças Climáticas Globais*, promovido pelo Senado e pela Marinha do Brasil.

Garibaldi destacou a importância das pesquisas realizadas na Antártica para o conhecimento das transformações climáticas do planeta.

Elogiou ainda o trabalho de Renato Casagrande (PSB-ES), relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, e de Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Programa Antártico Brasileiro.

Casagrande defendeu a popularização do conhecimento sobre o continente antártico e elogiou o empenho da Marinha na manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz. Já Cristovam destacou que não há como

proteger o meio ambiente sem mudar o atual modelo de vida humano. Augusto Botelho (PT-RR) apontou a importância do tratado que tornou o continente “uma reserva natural dedicada à paz e à ciência”.

Os pesquisadores Jefferson Simões, Carlos Garcia, Ilana Wainer, Alberto Setzer e Antônio Carlos Rocha abordaram o funcionamento da geografia e do ecossistema antártico e sua influência no equilíbrio ambiental mundial.



Na abertura do seminário, Agaciel Maia, Renato Casagrande, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves, Maria Helena e Francisco Ortiz

Garibaldi Alves e Romero Jucá avaliam que desempenho da ministra encerra polêmica sobre suposto dossiê. Senadores da oposição, porém, consideram que houve crime no vazamento

Brasil terá mais usinas nucleares, garante Dilma

Uma das principais informações prestadas pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nas sete horas e meia que passou na CI, é que, além de garantir a construção de Angra III, o governo poderá construir outras usinas nucleares, já que hidrelétricas e termelétricas não serão suficientes para atender à demanda nacional até 2020.

A afirmação foi feita em resposta ao senador Francisco Dornelles (PP-RJ), para quem Dilma assegurou que “há uma decisão do governo de retomar o programa nuclear brasileiro” com base nas recomendações de um grupo formado por representantes de dez ministérios.

A ministra argumentou que é necessário começar a construção de novas unidades “a partir de agora”, porque, em média, cada usina nuclear demoraria entre cinco e seis anos para ficar pronta.

PAC domina atenção de senadores na CI

Durante a reunião da CI, Dilma Rousseff concentrou-se em prestar esclarecimentos sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já que a maioria dos senadores, incluindo os da oposição, preferiram perguntar – ou reclamar – sobre o PAC em seus estados.

– Há um reconhecimento dos governadores de que o PAC não é *marketing* ou pirotecnia. Atingimos um patamar do produto interno bruto (PIB) que não se via há dez anos. O Banco Mundial e a população brasileira reconhecem. As nossas perspectivas nunca foram tão boas – afirmou.

Dilma reconheceu que o crescimento do PIB brasileiro é menor do que vizinhos na América Latina, mas, aqui, o crescimento vem acompanhado de estabilidade econômica, com inflação baixa, inclusão social e menor desigualdade de renda.



Observada por Garibaldi Alves, Dilma Rousseff concentrou-se em explicar andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tema que mais interessou aos senadores que lotaram o plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Ministra reconhece que dados sobre gastos de FHC vazaram

Em seu depoimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, reconheceu que houve vazamento de informações sigilosas sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela reforçou a versão de que os dados vazados para a imprensa fazem parte de um banco de dados da Casa Civil elaborado a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU) para facilitar a fiscalização de gastos com suprimentos de fundos (cartões corporativos e contas tipo B).

– Não vejo sentido nenhum em transformar banco de dados em dossiê. Os nossos dados estão no Portal da Transparência porque não são sigilosos ou privativos nossos. Jamais aceitamos que havia um dossiê feito a meu mando ou de quem quer que seja. Acho que é fundamental que se saiba como aconteceu o vazamento dentro da Casa Civil. Quem, quando e a quem interessa esse vazamento – afirmou a ministra.

Dilma garantiu que o vazamento está sendo apurado por

auditoria interna e pela Polícia Federal e colocou o banco de dados à disposição da CPI dos Cartões Corporativos.

Ela contou que a Casa Civil decidiu organizar as informações no Banco de Dados de Suprimento de Fundos (Suprin) para que o TCU pudesse auditá-los. Graças a esse novo módulo de despesas, disse, hoje podem ser feitos cruzamentos de vários dados. Porém, ela explicou que foi preciso confeccionar uma planilha Excel com as informações, de onde os dados teriam vazado para a imprensa.

A ministra também garantiu ter comunicado ao Senado, mediante pedido de informações do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que esse banco de dados era confeccionado desde 2004.

– O processo de levantamento de dados não tinha separação das despesas por quem as fez; eram desmembrados por centro de custo e não por portador. Vinha tudo misturado, os gastos sigilosos e os não-sigilosos – contou a ministra.

Para oposição, vazamento de dossiê que...

Mesmo depois que a ministra Dilma Rousseff prestou esclarecimentos sobre o suposto dossiê de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, senadores da oposição sustentaram que houve vazamento de informações da Casa Civil para a imprensa. A ministra tocou no assunto após ser questionada pelo senador Romero Jucá (PPA), autor de pedido para que a comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar do suposto dossiê.

– É dossiê, é banco de dados, de onde veio o documento? O jornal *O Globo* diz que a Casa Civil, que os funcionários estão acessando, ligou para dona Ruth Cardoso para fazer o dossiê. Gostaria que a senhora dissesse à imprensa todas qual é a verdade. A nação quer saber – disse Mário Couto.

Mário Couto ratificou que o vazamento...

“Mentir sob tortura não é fácil”, afirma Dilma a José Agripino

A ministra Dilma Rousseff declarou durante a reunião da CI que “mentir sob tortura não é fácil, porque agüentar a tortura não é fácil”. Ela fez essa afirmação após o senador José Agripino (DEM-RN) lembrar que a ministra dissera em uma entrevista que “mentia adoidado” nos interrogatórios realizados durante a ditadura militar.

– Isso faz parte de minha biografia e tenho orgulho disso – ressaltou ela, acrescentando que mentir foi necessário para salvar a vida de amigos.

Dilma recordou que foi torturada quando tinha 19 anos, “no auge da ditadura”, e destacou que “a tentação de falar a verdade quando se está sob tortura é insuportável”. Para ela, não se pode comparar o mesmo ato em

situações tão diferentes como a da ditadura e a de uma sociedade democrática.

Estado de exceção

Agripino frisou que citou o caso porque “podemos estar voltando ao Estado de exceção, com um Estado policial capaz de produzir, por exemplo, o suposto dossiê sobre gastos realizados no Palácio do Planalto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Dilma argumentou ainda que qualquer comparação entre a ditadura e a democracia “só pode partir de quem não dá valor à nossa democracia, pois o diálogo nessas situações não tem a menor similaridade”.

– Não se dialoga com paude-arara ou choques elétricos – afirmou a ministra.



Presidente da CI, Marconi Perillo (D) ouve Alvaro Dias, enquanto comanda a reunião com o vice-presidente, Delcídio do Amaral.

amento de informações sobre gastos com cartões corporativos da Casa Civil



ão de Serviços de Infra-Estrutura. Ministra negou existência de dossiê e anunciou apuração na Casa Civil

Oposição, foi montado que chegou à imprensa

Dilma Rousseff prestou depoimento com dados relativos ao caso de Henrique Cardoso, em que houve crime no âmbito da Casa Civil publicadas pela primeira vez. O senador Mário Couto (PSDB) afirmou que a ministra comparecesse à audiência onde originou esse dossiê e há mal-estar na Casa Civil acusando-se. A senhora falou sobre o vazamento de informações de uma vez por outra e cobra isso de quem vazou. O vazamento é um crime e pe-

diu apuração do caso, “para que o país possa se convencer de que o governo não tem nada a esconder”.

Apesar das explicações da ministra, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou as oito versões apresentadas para justificar a existência do dossiê e as tentativas de impedir o depoimento dela no Senado. Ele afirmou que, por isso, saía convencido da audiência de que o “banco de dados” é um dossiê montado com o intuito de intimidar os adversários e disse que a sua “intuição feminina” lhe informava que a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, não fica até o fim do governo Lula.

Para Virgílio, a falta de respostas ao requerimento de informações apresentado por ele e o posterior vazamento das informações configuram crime de responsabilidade da chefe da Casa Civil. Ele lamentou ainda não ter recebido as informações que pediu sobre gastos feitos por ele mesmo quando ocupava o cargo.

Depoimento encerra o caso no Senado, afirmam Garibaldi e Jucá

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), avaliaram que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, se saiu bem ao falar sobre o suposto dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seu depoimento à CI. Eles entendem que o depoimento “esgota o assunto”.

Mais que isso, Garibaldi considera que as informações prestadas contribuirão para o trabalho da CPI dos Cartões Corporativos, onde a oposição não conseguiu aprovar a convocação da ministra.

– As dúvidas foram esclarecidas e eu creio que a CPI tem os elementos para que tenhamos a conclusão desse fato – disse o presidente.

Na avaliação de Garibaldi, “a ministra foi tranqüila, serena e respondeu bem” às perguntas.

– Ela teve um desempenho à altura da expectativa – observou.

Já a oposição, para o presidente do Senado, se mostrou com a “munição desgastada” devido ao tempo que correu desde o surgimento da denúncia da elaboração do dossiê até a vinda da ministra. Garibaldi disse não acreditar que outro requerimento de convocação da ministra venha a ser apresentado.

Jucá avaliou que a ministra se mostrou preparada e com equilíbrio emocional e político, durante a audiência. Para ele, a ministra é “a maior vítima” do vazamento de informações da Casa Civil e o governo tem todo o interesse em esclarecer o assunto.

Heráclito entende que Dilma saiu-se bem, mas não convenceu

Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou correto o comportamento da ministra Dilma Rousseff de permitir perguntas sobre a suposta montagem de um dossiê relativo a gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ainda assim, o senador observou que os esclarecimentos de Dilma sobre o dossiê “não convenceram”. Ele questionou também o fato de a ministra ter demorado a atender à convocação dos senadores.

Heráclito lembrou outros casos em que teriam sido montados dossiês neste governo, como o do caseiro Francenildo, que culminou com a queda do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.



Geráldo Almgela

Para Heráclito, o PAC é composto de “promessas e quase nenhuma realização”

– A ministra não pode negar a prática do governo de fabricar dossiês. É uma rotina no Planalto – avaliou.

Suplicy destaca importância de depoimento da chefe da Casa Civil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o depoimento da ministra Dilma Rousseff foi um dos mais importantes que já viu no Senado. Em quase dez horas de audiência pública, enfatizou Suplicy, Dilma demonstrou, “de maneira assertiva, altiva e com muito equilíbrio”, grande conhecimento da realidade nacional.

Ao expor as metas do PAC, a ministra, afirmou Suplicy, mostrou como aumentar investimentos em infra-estrutura, com estabilidade da economia e redução das desigualdades regionais e sociais.

O senador destacou o tratamento respeitoso à ministra



Geráldo Almgela

Dilma demonstrou grande conhecimento da realidade brasileira, afirma Suplicy

dispensado pelos senadores, especialmente Marconi Perillo (PSDB-GO) e Delcídio Amaral (PT-MS), presidente e vice da CI, respectivamente.

Mão Santa diz que, além do PAC, ministra é “mãe dos banqueiros”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) qualificou a ministra Dilma Rousseff como “mãe dos banqueiros”, em alusão à denominação que o presidente Lula tem dado à ministra de “mãe do PAC”. Para Mão Santa, que exibiu dados sobre os lucros dos bancos Itaú e Bradesco, “nunca as instituições financeiras atingiram números tão exorbitantes na história”.

Mão Santa atribuiu esse fato às altas taxas de juros cobradas, inclusive dos aposentados. Ele denunciou que muitos deles acabam não honrando as prestações por falta de condições para pagar juros tão altos.

– Ministra, resolvam a situação dos velhinhos, que sofrem com



Geráldo Almgela

Parte do lucro dos bancos se deve aos juros cobrados inclusive de aposentados, analisa

seus poucos vencimentos, já corroídos pelo fator previdenciário, e que o governo quer manter – disse em Plenário, simultaneamente ao depoimento da ministra na CI.

Delcídio defende biocombustível brasileiro

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a produção brasileira de biocombustíveis e rebateu as críticas do relator da ONU, o suíço Jean Ziegler, que elegeu os biocombustíveis como o principal vilão da alta dos preços dos alimentos.

– Por que ninguém fala da alta no preço do petróleo? Ninguém comenta o impacto do barril de petróleo a US\$ 120 nos transportes e no custo de produção agrícola? – questionou.

Delcídio também citou as condições climáticas adversas, que prejudicaram as safras de países como a Austrália, e os subsídios dados a produtores nos países ricos, especialmente da Europa, que desestimulam a produção em países pobres, que não podem competir com preços artificiais.

O senador assinalou que a realidade da produção brasileira de etanol é diferente da americana, onde a matéria-prima é o milho, produto que recebe subsídios que ultrapassam os US\$ 7 bilhões anuais. Ele citou dados da Conab que revelam que a área plantada no Brasil vem se mantendo próxima dos 40 milhões de hectares nos últimos 30 anos, enquanto a produção triplicou no período graças à tecnologia.

– Estão querendo carimbar nossa competitividade e esconder a falta de competitividade de outros países. A cana gera 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil utilizada, rendimento mais de cinco vezes superior ao do álcool do milho.

Abert homenageia Garibaldi e pede atuação de conselho

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, foi homenageado ontem pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Na ocasião, o presidente da associação, Daniel Pimentel Slaviero, pediu a reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso, que não se reúne há um ano.

Garibaldi afirmou que já tomou providências para a reativação do conselho, tendo também pedido ao presidente Arlindo Chinaglia a indicação de nomes pela Câmara.

– Temos confiança no trabalho da Abert e na capacidade de a imprensa continuar nos ajudando na tarefa de recuperação da imagem do Congresso – destacou.

Demarcação e conflitos na reserva Raposa Serra do Sol geram debates em Plenário, com duras críticas à política indigenista do governo federal

Papaléo: “Estão querendo fabricar um mártir”

O apoio do governo aos índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, poderá resultar na morte de algum índio e no conseqüente surgimento de um mártir da causa indígena. Exatamente como se deu com Chico Mendes, o líder dos seringueiros assassinado há 20 anos em Xapuri (AC). Foi a advertência que o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) fez ontem, em discurso no qual criticou a demarcação da reserva e pediu que os brasileiros entendam a razão pela qual os fazendeiros que têm atividades na área demarcada “podem perder a cabeça e matar um índio”.

– O nível de provocação é muito alto. Não dá para perder um trabalho de 60 anos. Ficam fomentando os índios e aí alguém perde a cabeça e dá um tiro, uma facada, atropela um índio – comentou o parlamentar.

No entender de Papaléo, personalidades como Chico Mendes e a irmã Dorothy Stang, assassinada

em 2005 no município de Anapu (PA), devem ser questionadas para se averiguar o que de fato representam.

– Um dia precisamos ver se o Chico Mendes era tudo isso mesmo. A gente não sabe o que essas pessoas ficam fustigando – observou o senador.

Ele também se referiu com desconfiança aos responsáveis por muitas organizações não-governamentais, que estariam por trás de manobras para a exploração do valioso subsolo das reservas indígenas.

Repercussão

O discurso de Papaléo levou a uma série de intervenções sobre o conflito na reserva e sobre a questão indígena de uma maneira geral. Apenas o senador José Nery (PSOL-PA) defendeu a demarcação da reserva e a retirada de fazendeiros e outros moradores não-índios do local. Na opinião do parlamentar, os índios foram atacados violentamente na



“Ficam fomentando os índios e aí alguém perde a cabeça”, adverte Papaléo

segunda-feira por defenderem seus direitos constitucionais, que estariam sendo desrespeitados.

De acordo com Jefferson Péres (PDT-AM), a demarcação da reserva em área contínua é um equívoco, uma vez que ali se encontram quatro etnias diferentes, e já exercendo atividade econômica similar à dos não-índios. Uma reserva só se justificaria, argumentou, no caso de índios vivendo em estado primitivo e

em locais não-agrícolas, a exemplo do que ocorreu com os ianomâmis.

– Na Raposa Serra do Sol deveriam ter criado quatro ilhas distintas. Eles são aculturados. Não têm direito àquele espaço todo, não.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o melhor que se faz para os índios é tentar integrá-los ao restante da nação. Ele mesmo apresentou projeto estipulando quota para índios em concursos públicos.

– Os ianomâmis vivem na Idade da Pedra. Comem piolho e pulga de cachorro – comentou.

Augusto Botelho (PT-RR) disse concordar com o alerta de Papaléo Paes, prevendo também que a situação de confronto na reserva “vai levar a uma desgraça”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) foi taxativo:

– Não tem esse negócio de índio, preto e branco. Só existe a pátria brasileira.



Magno Malta teme generalização de uma política antievangélica

Malta questiona Funai sobre exclusão de evangélicos

Decisão da Fundação Nacional do Índio (Funai), tomada em janeiro, de retirar as igrejas evangélicas das reservas indígenas foi criticada por Magno Malta (PR-ES). Para o senador, essa medida pode acabar redundando na generalização de uma política antievangélica.

– As igrejas evangélicas trabalham, sobretudo, com a recuperação de índios vítimas da sua própria socialização, principalmente alcoólatras e depressivos, que, sem a orientação dos pastores, acabam optando pelo suicídio – afirmou o parlamentar, ressaltando ser voz comum entre as comunidades assistidas pelas igrejas “que só tem sossego o índio que é evangélico”.

Para Malta, a Funai teria optado por manter uma política de afastamento de entidades sociais nas reservas, incluindo igrejas, alegando vontade dos próprios índios, supostamente temerosos da perda de sua identidade cultural com o estímulo a uma tradição que não faz parte dos costumes da aldeia.

– Nesse caso, amanhã a Polícia Federal também não entrará nas reservas que isolam o país, mas o narcotráfico com certeza entrará – alertou o senador, lembrando que as igrejas evangélicas são missionárias e que o Estado brasileiro é laico, ou seja, separado da Igreja, sendo livre a escolha religiosa.

CPI da Pedofilia

Na condição de presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta anunciou que na próxima terça-feira a CPI vai abrir o sigilo do Orkut de alvos (suspeitos) da comissão, fornecidos pelo Google.

– Vamos promover ainda a quebra do sigilo telefônico destes usuários – acrescentou o senador, lembrando que existem 19 mil denúncias contra supostos pedófilos.



João Pedro: “Os índios estavam na terra deles quando foram feridos”

João Pedro defende “ação de desarmamento”

João Pedro (PT-AM) elogiou ontem a visita que o ministro da Justiça, Tarso Genro, fez na terça-feira à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O ministro, disse o senador, foi em missão de “desarmamento”, já que no dia anterior dez índios haviam sido baleados dentro da fazenda Depósito, tocada pelo

produtor de arroz e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero.

João Pedro defendeu o governo em resposta a críticas de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

– O Tarso foi lá para um desarmamento. Não poderia ter atitude diferente. E os índios estavam na terra deles quando foram feridos por homens encapuzados. Não

podemos concordar com essa agressão ao estado de direito – contrapôs o parlamentar.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti acusou João Pedro de usar “um jargão de esquerda ultrapassado”, além de acusar Lula de tratar Roraima “como se não pertencesse nem à Amazônia e nem ao Brasil”.



“Brasileiros que vivem em Roraima há gerações são desterrados na marra”

Para Mozarildo, PT impõe “verdade distorcida”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que mais de 300 homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança estejam sendo “usados pelo governo do Brasil contra brasileiros honestos que estão em Roraima há gerações” e que “estão sendo desterrados na marra”. Afirmou que o ministro da Justiça, Tarso

Genro, foi a Roraima “só pra ser xerife” e considerou a visita “uma atitude arbitrária”.

Para o senador, “alguns setores do PT” estão querendo impor “uma verdade distorcida” aos brasileiros. Ele disse que há oito grandes plantadores de arroz na região – algumas dessas famílias, lembrou, estão lá há mais de cem

anos –, mas há também 488 pequenos proprietários nas quatro vilas dentro da reserva Raposa Serra do Sol: Mutum, Socó, Água Fria e Surumu.

– Há ainda gente pobre que mora nas vilas, funcionários públicos, casados com índios, filhos de índios, que agora estão sendo desterrados na marra – afirmou.



Augusto Botelho lamenta que advertências tenham sido ignoradas

Augusto aponta equívocos em demarcação

Do modo como foi decretada, a criação da reserva Raposa Serra do Sol configurou um erro, segundo Augusto Botelho (PT-RR). Na opinião do senador, mesmo respeitando o direito dos índios à terra, teria sido possível abrigar na região os produtores rurais de pequeno e grande portes que há muitos anos desenvolvem ali suas

atividades.

O senador disse lamentar que a demarcação da reserva em área contínua tenha ocorrido apesar dos alertas que ele e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) vêm fazendo há anos. Afirmou que nem a maioria dos indígenas da Raposa Serra do Sol queria a atual forma de demarcação.

Em apartes, apoiaram o discurso de Augusto Botelho os senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Goellner (DEM-MT), Gerson Camata (PMDB-ES), Cristovam Buarque (PDT-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), César Borges (PR-BA), Carlos Dunga (PTB-PB) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Márcia Kolome



Maria Goretti, José Sinval da Costa e Flávio Arns em audiência pública na comissão

Profissionais questionam projeto para a área de enfermagem

A defesa da ampliação da escolaridade dos profissionais de enfermagem foi consensual em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Os expositores convidados, porém, fizeram ressalvas ao Projeto de Lei do Senado 26/07, de Tião Viana (PT-AC), que condiciona a concessão de registro nos conselhos regionais de enfermagem – após período de transição – à conclusão de curso superior.

De acordo com substitutivo do relator do projeto, Augusto Botelho (PT-RR), fica proibida, a partir de 31 de dezembro de 2022, a inscrição, nos conselhos, de técnicos de enfermagem. E, a partir do fim de 2027, a de auxiliares de enfermagem. O

texto garante aos profissionais já inscritos o direito de continuar exercendo a profissão. E prevê “acesso diferenciado” de auxiliares e técnicos a cursos superiores de enfermagem.

A presidente nacional da Associação Brasileira de Enfermagem, Maria Goretti David Lopes, manifestou posição contrária ao projeto. Ela defendeu o acesso dos 401 mil atuais auxiliares de enfermagem, de nível de primeiro grau, a cursos técnicos de enfermagem, de nível médio.

A presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, Sílvia Casagrande, afirmou ser “inconcebível” a enfermagem sem técnicos. Ela sugeriu a qualificação dos atuais auxiliares, para que se transformem em técnicos de enfermagem.

Zambiasi destaca luta de portadores da psoríase

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, prometeu aos portadores de psoríase, doença inflamatória crônica da pele e articulações, apoio para uma série de iniciativas, inclusive campanha de combate ao preconceito e à discriminação por eles sofridos. O senador acompanhou entidades de apoio a esses doentes em audiência com o ministro.

As entidades fizeram várias reivindicações a Temporão, entre elas a criação de uma política de saúde para os portadores da doença e a elaboração de protocolos uniformes, a serem cumpridos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde. Solicitaram ainda informações sobre o andamento de uma consulta pública para fixar protocolos clínicos para o tratamento.

Conforme Zambiasi, a psoríase não é contagiosa, mas seus portadores sofrem discriminações ao longo da vida, o que os leva ao isolamento social, familiar, profissional e afetivo.

Mário Couto acusa governadora de fechar hospitais

Mário Couto (PSDB-PA) acusou da tribuna a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de agir com “ranço político” e de ter fechado hospitais regionais porque eles tinham sido construídos pelo governador anterior, seu adversário político. O senador informou que o hospital de Santarém chegou a funcionar, mas, ao tomar posse, a governadora cortou repasses à instituição, o que paralisou seu atendimento.

– Governadora Ana Júlia, não faça politicagem, não faça a política da vingança. Você não está atingindo seus adversários, mas sim a população pobre que precisa dos hospitais do governo para seu atendimento – disse.

Mário Couto reafirmou que irá à cidade de Santarém para uma manifestação pelo reabertura do hospital.

O senador disse também que o Pará é hoje um dos estados líderes em violência contra o cidadão.

Moreira Moriz



Flávio Arns observa que estudante começou a ser alfabetizado pela mãe

Flávio Arns relata a história de Ricardo Oliveira

Flávio Arns (PT-PR) relatou em Plenário a história de Ricardo Oliveira, de 19 anos, portador de uma atrofia neurológica, que acabou tornando-se bicampeão nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas.

De acordo com o senador, Ricardo começou a ser alfabetizado pela mãe, que só tem a sexta série do ensino fundamental. O irmão também cooperou bastante transportando o garoto num carrinho de mão em outra etapa de sua vida escolar. E a prefeitura de Várzea Alegre (CE), onde ele reside, envolveu-se igualmente no projeto.

J. Freitas



Na audiência pública, Papaléo Paes, Victor Berbara e Valmi Pessanha Pacheco

de Saúde do Rio, afirmou ser necessário mudar a estratégia de controle do vetor, por considerar impossível combatê-lo de domicílio em domicílio. Conforme salientou, existem apenas 2,2 mil agentes para 3,2 milhões de residências no Rio de Janeiro.

Abastecimento

Um fator agravante da epidemia, de acordo com Fabiano Pimenta, é o abastecimento irregular de água na cidade do Rio de Janeiro, por levar a população

a armazenar água em tonéis e recipientes. Outro obstáculo ao controle da doença seria a violência urbana: 40% das residências no Rio não permitem a entrada de agentes de saúde.

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), houve aumento na incidência da dengue em quase todos os estados do Nordeste. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) associou a epidemia de dengue à descontinuidade nas ações de saúde.

Bicampeão das Olimpíadas de Matemática é homenageado

Durante a homenagem que recebeu ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ricardo Oliveira – ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas – disse que não tem planos definidos para o futuro, embora queira se dedicar à área de ciências exatas, e que sempre se dedicou aos estudos.

Ricardo dedicou a sua mãe, Francisca Antônia da Conceição, todas as conquistas que alcançou.

Também agradeceu a seu pai, Joaquim de Oliveira – a quem se referiu como “braço direito, guarda-costas e secretário”. O estudante foi homenageado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Flávio Arns (PT-PR), Romeu Tuma (PTB-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

J. Freitas



Patrícia Saboya, presidente da CAS, comanda homenagem a Ricardo Oliveira

Cristovam festeja piso para professor

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou ontem projeto de sua autoria (PLS 59/04) que institui o piso salarial dos professores, fixado em R\$ 950.

– A média salarial dos professores é de R\$ 420. O piso vai elevar os salários de 63% dos professores. É um passo rumo ao ensino melhor – frisou, reconhecendo o empenho do governo na aprovação.

Efraim registra centenário do jornal *O Norte*

O centenário do jornal *O Norte*, da Paraíba, foi registrado pelo senador Efraim Morais (DEM-PB). Ele observou que outros jornais que marcaram a história do jornalismo no país não conseguiram alcançar a marca dos 100 anos.

– *O Norte* passa a integrar a seletíssima confraria dos periódicos que sobreviveram aos períodos autoritários e exibem hoje, em plena democracia, saúde juvenil – comentou.

Dunga celebra instalação da nova Sudene

O senador Carlos Dunga (PTB-PB) comemorou o início da atuação da nova Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a instalação do Conselho Deliberativo, em 30 de abril.

Dunga adverte que é preciso dar ao órgão a mesma estrutura de quando foi criado, em 1959. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, disse, as taxas de crescimento do PIB do Nordeste foram as maiores do país.

Objetivo da proposta de Renato Casagrande, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, é impedir que a demora no envio de dados facilite a atuação de fraudadores do INSS



Reunião da CCJ, presidida por Marco Maciel (D), aprovou relatório de Jarbas Vasconcelos: problema foi comprovado após auditoria da CGU

Cartórios deverão usar internet para informar óbitos à Previdência

Os cartórios de registro civil deverão utilizar a internet para encaminhar mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os registros de óbitos. A medida está prevista em projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 245/07), do senador Renato Casagrande (PSB-ES), busca agilizar o repasse dessas informações. Segundo ele, os fraudadores de benefícios da aposentadoria aproveitam-se principalmente da deficiência no envio das informações sobre óbitos para cometer crimes contra a Previdência.

O envio dos dados por meio eletrônico valerá para todos os cartórios das localidades que já disponham de serviços de internet, com prazo de um ano para as adaptações necessárias, a partir do início de vigência da lei. Os demais cartórios ficam obrigados a adotar o envio eletrônico assim que as localidades passarem a dispor do serviço.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apoiou a iniciativa e propôs duas emendas para fazer ajustes de redação e conferir maior clareza ao início de vigência da medida. O projeto vai agora a exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tomará decisão terminativa – se

aprovado, segue direto para a Câmara, a não ser que haja recurso para ser submetido ao Plenário do Senado.

Inspeção da CGU

Na justificativa do projeto, Casagrande argumenta que, sem os dados atualizados, o INSS não consegue cancelar os benefícios.

Segundo o senador, a Controladoria Geral da União (CGU) comprovou a existência de problemas de envio dos registros durante auditoria realizada em 2003.

Após sortear 42 cartórios de pequenas localidades para fiscalização, o órgão constatou que 19 deles não estavam enviando os registros de óbitos à Previdência Social.

Casagrande observou que o recadastramento geral dos aposentados mais idosos, decidido também em 2003, surgiu exatamente da necessidade de eliminar as fraudes.

Na época, lembrou o senador, a Previdência determinou o bloqueio dos benefícios de todos os aposentados e pensionistas com mais de 100 anos, ou com mais de 90 anos que recebiam os recursos há mais de 30.

A decisão, comentou Casagrande, produziu grandes transtornos para os 105 mil aposentados enquadrados nessa situação, que foram obrigados a enfrentar “filas gigantescas nas agências do INSS”.

Aprovada isenção a carentes de taxa por terrenos de marinha

A CCJ aprovou ontem projeto de lei que anistia pessoas de baixa renda do pagamento de foros e taxas de ocupação de imóveis localizados em terrenos de marinha. A anistia seria retroativa aos últimos cinco anos.

O projeto (PLS 161/06), de José Sarney (PMDB-AP), foi relatado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo.

Para José Sarney, a medida tem grande alcance social e pouco reflexo nos cofres públicos. Também foi aprovado parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a proposta de emenda à Constituição (PEC 22/04) de Roseana Sarney (PMDB-MA) que regula a concessão de incentivos à ciência e tecnologia. Já a PEC dos Precatórios, relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), ficou para a semana que vem.

CCT autoriza funcionamento de 18 emissoras de rádio

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem 18 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão, autorização ou permissão de funcionamento de emissoras de rádio, a maioria comunitárias. Os projetos, do Poder Executivo, receberam decisão terminativa.

Foram beneficiadas as cidades de Içara, São Miguel do Oeste, Águas Frias e Porto União (SC); Jardim de Angicos, Baía Formosa e Umarizal (RN); Campina Grande e Três Pontas (MG); Palmeira e Serranópolis do Iguçu (PR); Terra Roxa e Cruzeiro (SP); São João do Polesine (RS); Mara Rosa (GO); Lago da Pedra

(MA); Nioaque (MS); e Baião (PA).

Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que a CCT organize com o Ministério das Comunicações mutirões para regularizar a situação das rádios comunitárias no país.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) salientou que essas rádios têm papel importante em suas comunidades.

Goellner saúda produtores de algodão

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a produção nacional de algodão e saudou a nova diretoria da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

Segundo Goellner, o país deixou de ser exportador, nos anos 80, até virar o maior importador de algodão, gastando US\$ 1 bilhão por ano até 1996.

Mas o apoio à produção, disse, levou o Brasil a figurar novamente entre os maiores produtores mundiais.

Duque pede que prédio da União passe ao estado

Paulo Duque (PMDB-RJ) vai apresentar projeto que transfere da União para o estado do Rio de Janeiro o prédio do Ministério da Fazenda na cidade do Rio. Explicou que os órgãos da Fazenda estão espalhados pela cidade e, por isso, não tem sentido que o prédio, de grande valor arquitetônico e histórico, continue com a União.

Para Duque, a União deve repassar ao estado edifícios que não sejam mais de seu interesse.

César Borges anuncia obras do Gasene

César Borges (PR-BA) anunciou que o presidente Lula fará em Salvador, na sexta-feira, a primeira soldagem do Gasoduto de Interligação Sudeste Nordeste (Gasene), simbolizando o início das obras. O senador afirmou que o projeto está pronto, os terrenos, disponíveis e as empresas, contratadas. A obra é orçada em R\$ 600 milhões.

Ele disse que sempre defendeu a obra, “um marco na matriz energética da Bahia”.